Aprovado por unanimidade

em 10 JUNHO 2017

Secretario

Presidente:



CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DOIS IRMÃOS - RS

ATA Nº. 26/2017 DA SESSÃO ORDINÁRIA, DA 14ª LEGISLATURA, EM 26 DE JUNHO DE 2017.

Aos vinte e seis dias do mês de junho de dois mil e dezessete, reuniu-se a Câmara de Vereadores de Dois Irmãos, RS, para realizar uma sessão ordinária, convocada de forma regimental, sob a presidência da Vereadora Eliane Becker, secretariada pelo Vereador Léo Buttenbender, e com a presença dos Vereadores Joracir Filipin, Paulo César Quadri, Paulo Cezar Gehrke, Paulo Edvino Fritzen, Paulino Adalberto Renz e Sérgio Luiz Fink. Ausente: Vereador Elony Edgar Nyland. Às dezenove horas a Senhora Presidente abriu a sessão sob a proteção de Deus, e foi lida pelo secretário a seguinte reflexão do dia: "Chegará um dia em que a Babilônia levará tudo o que existe no seu palácio, tudo o que seus pais foram ajuntando até os dias de hoje." Isaías. Presidente **Eliane**: Obrigada. Quero agradecer a presença da Secretária Anelise, também, agradecer ao Darlei, ao Sidinei, ao Rudinei, ao Marcos e a Dona Vinilda, que foram os homenageados desta noite; em nome dos clubes, também, Ser Campinas, Arcanjos, Los Guapos e Estrela. A Ata nº. 24/2017 foi aprovada por unanimidade sem ser lida em plenário, por ter havido acordo de lideranças. A Senhora Presidente lembrou ainda que a Ata nº. 25/2017 se encontra a disposição dos vereadores para possíveis correções. A Senhora Presidente solicitou ao secretário que fizesse a leitura do **Expediente**: Ofício nº 314/2017 – de autoria do Poder Executivo Municipal, encaminhando os Projetos de Lei nº. 075 e 076/2017. PROJETO DE LEI Nº. 075/2017, que "AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO CORRENTE EXERCÍCIO." PROJETO DE LEI Nº. 076/2017, que "INSTITUI NO MUNICÍPIO DE DOIS IRMÃOS A CONTRIBUIÇÃO PARA CUSTEIO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA PREVISTA NO ARTIGO 149-A DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL." Oficio nº 301/2017 – de autoria do Poder Executivo Municipal - Encaminhando solicitação de espaço das dependências da Câmara Municipal para evento da Secretaria Municipal de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo, que se realizará no dia 04 de julho de 2017, das 12 horas e 30 minutos às 17 horas e 30 minutos. Ofício – de autoria da Secretaria Geral da Mesa – Senado Federal, Sr. Luiz Fernando Bandeira de Melo - Encaminhando Resposta a Moção de Apelo nº. 012/2017, informando que a manifestação encaminhada foi juntada ao processado da Medida Provisória nº. 774, de 2017, que "Dispõe sobre a contribuição previdenciária sobre a receita bruta." Ofício – de autoria da Secretaria Geral da Mesa – Senado Federal, Sr. Luiz Fernando Bandeira de Melo - Encaminhando Resposta a Moção de Apelo nº. 014/2017, informando que a manifestação encaminhada foi juntada ao processado do Projeto de Lei do Senado nº. 2, de 2014, que "Altera as Leis nºs 11.482, de 31 de maio de 2007, 7.713, de 22 de dezembro de 1988, e 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para prever a correção monetária anual da tabela progressiva do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física e das deduções aplicáveis à base de cálculo do tributo."Convite - de autoria do Conselho Municipal de Assistência Social, Presidente Adriane Gonçalves da Rosa, convidando os vereadores para participar da IX Conferência Municipal de Assistência Social, que se realizará no dia 28 de junho de 2017, das 8 horas às 17 horas, no Salão de Eventos do Rock's Bar, sito Rua Gramado, 880 – Centro. A conferência tem como tema "Garantia de Direitos no Fortalecimento do SUAS", e é aberta a toda comunidade. Ofício nº 061/2017 – de autoria da Gerente Geral da CAIXA Econômica Federal, Sra. Rúbia Alessandra Bauermann Palmer, encaminhando Resposta ao Ofício nº.

146/2017. Requerimento nº. 30/2017 – de autoria do Vereador Joracir Filipin – Encaminhando VOTO DE PESAR aos familiares da Sra. Doli Teresinha Renz, falecida no dia 15 de Junho de 2017, aos 56 anos de idade. Pedido de Informações nº 038/2017- de autoria do Vereador Léo Buttenbender – Solicitando o que segue: 1) Quem é o proprietário do imóvel onde funcionava a Escola de Educação Infantil Crescer do SESI, na Rua Novo Hamburgo, nº 1273? 2) Qual a utilização atual do referido imóvel? 3) Existe algum plano de utilização do imóvel para o futuro? Indicação nº 044/2017 - de autoria do Vereador Léo Buttenbender – Solicitando que sejam realizados os procedimentos de endoscopia e colonoscopia três vezes ao mês no Hospital São José. Indicação nº 045/2017 - de autoria do Vereador Paulo Edvino Fritzen – Solicitando que o Instituto de Saúde e Educação Vida (ISEV) adquira uma coifa, juntamente com o exaustor, na cozinha do Hospital São José — Dois Irmãos. Indicação nº 046/2017 - de autoria do Vereador Léo Buttenbender – Solicitando que o Poder Executivo Municipal providencie aumento no número de vagas ofertadas para a rede de Educação Infantil. Pedido de Providências nº 209/2017 - de autoria do Vereador Paulo Edvino Fritzen-Solicitando o conserto de buracos nas seguintes localidades: 1. Rua Dos Angicos, defronte à residência de nº. 33, localizada no Bairro São João; 2. Manutenção de toda extensão da Rua Dourados, Bairro Industrial; 3. Manutenção de toda extensão da Rua Dalila Collet, Bairro Beira-Rio. Pedido de Providências nº 210/2017 - de autoria do Vereador Paulo Edvino Fritzen – Solicitando que seja instalada uma lixeira na Rua Rio de Janeiro, defronte ao nº. 525, Bairro São João. Pedido de Providências nº 211/2017 - de autoria do Vereador Léo Buttenbender – Solicitando *que seja realizada* limpeza das caneletas em toda extensão da Rua 11 Amigos, localizada no Bairro Vale Direito. Pedido de Providências nº 212/2017 - de autoria do Vereador Joracir Filipin – Solicitando que seja substituída/recolocada a placa de identificação da Rua Fortaleza e Rua Independência, localizadas no Loteamento Picada 48. Pedido de Providências nº 213/2017 - de autoria do Vereador Joracir Filipin – Solicitando que sejam feitas melhorias (limpeza e podas de árvores) na Rua Rui Barbosa, localizada no Bairro Navegantes. Sendo essa a matéria do expediente, passou-se neste momento ao Grande Expediente: Vereador Joracir Filipin (PT): Boa noite presidente, colegas vereadores, comunidade aqui presente nesta noite, em bastante número; a imprensa, o Jornal Dois Irmãos e Jornal O Diário. Tivemos aí no início as moções de congratulações aos times de futebol, também tivemos a homenagem a Vinilda, que ela é Presidente do Conselho Municipal de Saúde, uma homenagem importante para os que representam aqui em nosso município. Mas hoje, nesta noite, nós estamos aqui; é difícil vir projetos de investimentos no nosso município, aqui para a Câmara de Vereadores. Nos últimos tempos nós aprovamos poucos projetos de investimento. Mas hoje, nesta noite, veio aqui um projeto do executivo, que no ano passado ele já foi rejeitado por esta Câmara de Vereadores, a cobrança de iluminação pública aos moradores do nosso Município de Dois Irmãos. Esse projeto chegou na Casa hoje, presidente, e eu quero pedir "Vistas" a esse projeto, para que nós possamos discutir ele melhor junto com a comunidade. Porque eu acho que, quando um projeto vem do executivo para cobrança de iluminação pública, teria que ser feita uma audiência pública com a população para discutir se, de fato, é isso que a população quer. Então, esse projeto que está aqui na Casa, eu quero pedir "Vistas", porque eu acho desnecessário neste momento; o momento em que nós passamos no Brasil, o Brasil passa por um momento difícil de crise, a população desempregada, muitos desempregados, o setor do comércio vivendo uma crise, as indústrias vivendo uma crise, e aqui em nosso município a prefeita municipal quer cobrar taxa de iluminação pública da população. No ano passado esse projeto já foi rejeitado, o pacotaço, que foi chamado aqui; e, agora, veio aqui para a Câmara de Vereadores novamente para nós votarmos. Muitos podem dizer: "Ah, é pouça



coisa." É pouca coisa, mas todo mês as pessoas vão estar tirando dinheiro do bolso para pagar mais um pouco de imposto aqui no nosso município. Tem moradores que vão pagar de R\$ 4,00 (quatro reais) a 8,00 (oito reais); o comércio varia de R\$ 15,00 (quinze reais) a R\$ 50,00 (cinquenta reais); as indústrias até R\$ 80,00 (oitenta reais), varia também, conforme o líquido de energia elétrica. Então, eu quero pedir aqui a todos os vereadores para que esse projeto novamente seja rejeitado. Porque eu vou dizer para vocês, tem outras maneiras da prefeita economizar recurso aqui em nosso município; tem outras maneiras. Porque nós temos muitos recursos que estão sendo gastos desnecessário, que poderia ser bem pensado, bem planejado aqui no município, que não precisaria, hoje, estar cobrando taxa de iluminação pública. Eu só vou dar um exemplo para vocês aqui como, de fato, nós poderíamos economizar muito recurso na cidade se nós tivéssemos pessoas que soubessem administrar o recurso público em nosso município. Eu solicitei nesta Casa na semana passada, e tive a resposta da cobrança, aonde são feitos os alugueis aqui no nosso município. Nós temos um prédio aqui no nosso Município de Dois Irmãos, que foi alugado na 10 de Setembro, para guardar as coisas do Natal dos Anjos, que eu acho que é importante, mas pode ser colocado em outro lugar para economizar. Nós gastamos ali naquele prédio R\$ 6.500,00 (seis mil e quinhentos reais) por mês de aluguel naquele prédio. Eu fiz uma conta: em quatro anos nós gastamos de aluguel nesse prédio R\$ 314 mil. Vejam o quanto isso é dinheiro, são trezentos e poucos mil reais em quatro anos, que serão gastos, que poderia ser economizado, que poderia ser feito, então, construído um outro prédio, e aí ficava para sempre no município. Então, tem muito dinheiro aqui no nosso município que está sendo mal aplicado. E, eu acho que essa questão do imposto da iluminação pública não pode cair nas costas do nosso povo de novo. Acho que a prefeita tem outras questões, corta os CC's, que tem muitos CC's, muitos cargos de confiança; corta as horas extras, que eu já falei. Vamos economizar, vamos juntar, porque se não, só cobrar iluminação, só colocar imposto para cobrar não, mas e qual é a contrapartida do município, na questão de enxugar também a máquina, os recursos para economizar? Se ela tivesse mandado para cá uma contrapartida, dizendo: "Olha, nós vamos cortar isso e isso e queremos o apoio de vocês." Mas não corta nada, só quer cobrar mais imposto da população. Então, eu desde já, sou contra esse projeto, porque esse projeto já foi rejeitado no ano passado, e a população, com certeza, não vai querer mais um tarifaço aqui em nosso município, cobrando iluminação pública da nossa população. Então, eu quero sensibilizar os nossos colegas vereadores, e não é aqui uma crítica por partido ou não, é uma crítica como vereador. Eu tenho a minha opinião, e quero dizer que tem outras maneiras de economizar. Em alguns lugares do país têm um parecer do Ministério Público, que é ilegalidade a cobrança de iluminação pública. Eu fui buscar alguns elementos para nós vermos, e em algumas cidades o Ministério Público disse que era ilegal a cobrança de iluminação pública. Então, nós temos que analisar bem esse projeto, vamos discutir ele com a comunidade, e não vamos votar ele hoje à noite, vereadores. Não vamos votar, vamos segurar. Eu peço aqui a sensibilidade de vocês para nós discutirmos melhor esse projeto, porque eu acho que a população tem que participar e discutir junto essa questão que é a iluminação pública. Sei disso, que muitos podem dizer: "Ah, mas aí não querem melhoria na iluminação pública." Nós já pagamos a luz muito cara, nós já pagamos iluminação, a taxa de luz é muito cara, e ainda querem colocar mais taxa agora em cima?! E a nossa cidade tem alguns pontos que necessitam de iluminação, mas não é com taxa de cobrança que nós vamos melhorar; é sim, com gestão qualificada, é com o saber fazer gestão do dinheiro público, economizar aonde é preciso, e não cobrar taxa de iluminação pública da nossa população. Seria isso. Obrigado. Vereador Sérgio Luiz Fink (PMDB): Senhora presidente, colegas vereadores, pessoas que nos honram aqui com a presença, Jornal Dois Irmãos e Jornal O



Diário. Realmente o discurso da oposição é sempre muito fácil de fazer; quando ele apresenta aqui um prédio. Se nós fizéssemos um comparativo ao governo anterior a este, nós teríamos dez prédios para questionar o aluguel. Quando se fala em gestão, eu vou falar diretamente da gestão desta Casa aqui: Eu fui presidente em 2016 e o vereador que me antecedeu foi presidente em 2015. Eu gastei em valores nominais, sem correção, R\$ 35 mil a menos do que ele na gestão dele. R\$ 35 mil só na gestão. Aí, se aplicasse ainda a inflação, porque teve um período que a inflação foi muito alta, daria quase R\$ 100 mil a menos. E a Câmara funcionou igual. Isso, talvez, seja gestão. E, quanto aos cargos de confiança, com certeza, hoje, nós temos menos cargos de confiança do que tinha há cinco anos atrás. Porque, inclusive, se eu não me engano, são quatro secretários, que um é vice-prefeito, que ele não acumula a função, e três são concursados, que não acumulam função. Isso é o primeiro escalão, daí nós não vamos nem falar do segundo escalão; porque é, hoje, aonde tem os chefes e são concursados, que antes eram cargos de confiança. Mas senhores, eu sei que é duro, é muito duro, mas algumas verdades também precisam ser ditas. Em relação ao projeto anterior, esse projeto isenta 1.141 (um mil, cento e quarenta e uma) famílias, entre consumidores, famílias, pequenas empresas e pequenos proprietários rurais. 1.141 (um mil, cento e quarenta e um). E, o que o vereador que me antecedeu esqueceu de falar, que em relação ao projeto anterior, esse projeto tem investimento sim; porque no primeiro ano, do total da receita arrecadada com a taxa de iluminação, 50% é para investimento na iluminação pública. No segundo ano, 30% do total arrecadado é investimento. Terceiro ano: 20%, e, depois, permanentemente 10%. Porque é muito fácil vir aqui e fazer reivindicações, solicitar iluminação pública. Só do Vereador Filipin, são 18 (dezoito) pedidos, requerimentos, inclusive, com abaixo-assinado, aonde não tem rede de iluminação, aonde faltam lâmpadas que precisam ser colocadas. Se nós calcularmos de todos os vereadores, nos últimos três mandatos, são mais de 200 (duzentos) pedidos de providências para melhoria da iluminação pública. Eu, inclusive, preciso citar, teve nesse final de semana um amigo meu que veio me cobrar, e disse: "Bah, Sérgio, eu já pago R\$ 760,00 (setecentos e sessenta reais) de IPTU, vou ter que pagar mais R\$ 48,00 (quarenta e oito reais) por ano de taxa de iluminação." Eu disse: "É, isso dá R\$ 808,00 (oitocentos e oito reais). É isso, não é?" "É isso, isso é muito." Eu disse: "Mas o senhor tem dois filhos na FADI." "Sim, tenho uma criança de um ano e meio e outra de três." Eu disse: "Pois é, o município investe nesses seus dois filhos R\$ 12.480,00 (doze mil, quatrocentos e oitenta reais) por ano. É R\$ 520,00 (quinhentos e vinte reais) por criança, são R\$ 1.040,00 (um mil e quarenta reais), multiplica por doze." E eu disse, também: "O senhor arruma o seu jardim. Eu vejo isso, pelo menos uma vez por mês. E o senhor pega, recolhe aquelas gramas, os galhos, e coloca tudo na rua. Quem é que recolhe isso?" "Ah, é a Prefeitura." Eu disse: "E quando o senhor vai levar as suas crianças para a creche e vai para o seu trabalho e volta, todo lugar que o senhor passa tem iluminação. Quem paga isso? É o município." Eu fiz pequenos cálculos, senhores, que aí eu concordo em alguma coisa aonde a Prefeitura está errada: é comunicação. E a comunicação, temos dois veículos de comunicação aqui, que são muito importantes: Jornal O Diário e Jornal Dois Irmãos; para saber realmente o que é feito do dinheiro da população, as pessoas serem esclarecidas. Quantas crianças nós temos na escola municipal? Quantas crianças nós temos nas creches? Quantas pessoas são atendidas nos postos de saúde? E quanto isso custa? E, eu tenho a certeza de que, eles não podem trabalhar de graça, eles precisam receber, porque ninguém trabalha de graça. Então, nós precisamos fazer esse investimento na divulgação e informação. E digo mais, senhores, eu só peguei [...] CONSEPRO – Segurança que não é obrigação do município, mas o município se sente obrigado porque o Estado não cumpre a sua função. Iluminação pública e lixo: porque nós não nos damos conta do quanto nós produzimos lixo



nessa cidade. Porque a nossa cidade é de poder aquisitivo bom, nós vivemos numa outra realidade, com dificuldades, mas vivemos uma outra realidade; e quando a cidade consome, ela produz lixo. Juntando esses itens, nós gastamos por ano R\$ 2.357.000,00 (dois milhões, trezentos e cinquenta e sete mil reais); dividindo isso, que o IBGE deu 30.000 (trinta mil) habitantes, mas eu acho que nós temos 31.500 (trinta e um mil e quinhentos); dividindo esse valor, isso dá um valor de R\$ 74,86 (setenta e quatro reais e oitenta e seis centavos) por cidadão, por ano. Só iluminação, segurança e coleta de lixo. Aí não se falou em escolas e não se falou em saúde. E esse dinheiro tem que sair de onde? Porque esse dinheiro sai dos nossos impostos; não é do governo federal, isso é do recurso livre. E eu sei que é duro, porque a maior indignação que as pessoas têm é pagar imposto e saber que ele não reverte em benefício para a sua sociedade, para a sua cidade. Mas o imposto municipal, esse reverte. Tem melhorias a serem feitas? Tem, mas só podemos fazer isso quando todos trabalharem juntos. Parar um pouco com o oportunismo político, porque é muito fácil criticar, mas estão aqui os pedidos de providências; mas e a fonte, a receita para executar isso? Vamos ser sinceros, gente, R\$ 4,00 (quatro reais) por família, isso não dá R\$ 1,00 (um real) por pessoa; e são 1.141 (um mil, cento e quarenta e uma) famílias isentas. Vamos ser racionais, eu sei o quanto é duro e sei que vou apanhar por defender esse projeto, mas vai chegar o momento em que nós teremos que escolher que cidade que nós queremos viver. Porque aqui no Rio Grande do Sul, no país, abandonaram o lixo [...]. Senhora presidente, você me dá mais dois minutos? Hoje de manhã saiu no Bom Dia Rio Grande, entre Torres e Osório, ou, Osório e Torres, a BR 101 toda escura; porque os municípios que cobram taxa de iluminação não querem pagar. Imagina se nós aqui em Dois Irmãos desligássemos todas as lâmpadas do Travessão até o Morro Reuter porque isso é obrigação do governo federal, do DNIT?! Está bem, mas e as famílias que moram ali? Porque não podemos esquecer que iluminação pública também é segurança. E se nós vamos instalar, agora, quase R\$ 1 milhão em câmeras de vigilância, o que adianta nós gastarmos todo esse dinheiro e não termos iluminação na cidade? Porque com esse projeto vai ser aproximadamente R\$ 400 mil em investimentos no primeiro ano; eu acredito que, em quatro anos nós trocamos toda a iluminação pública do município para LED, e, também, atendemos essas famílias que não têm iluminação pública. E vou dizer mais, senhores, eu tenho a certeza absoluta de que a prefeita vai cumprir o que está aqui escrito, porque eu seria muito frustrado se isso não fosse cumprido. E não me sentiria mais bem em defender um governo que não cumpre com as suas obrigações. É duro dizer isso, mas eu tenho certeza absoluta que a Tânia vai cumprir. E se nós tivermos a consciência de que, agora, nós vamos ter um desgaste, mas dentro de um ano a cidade vai estar elogiando a nossa iluminação e a nossa segurança; aí, eu quero ver aqueles que votaram contra e que contestaram. Aí, vão querer tirar mérito, ainda vão fazer propaganda: "Ah, nós aprovamos o projeto, por isso que tem essa iluminação." Mas hoje, estão fazendo campanha contra. Era isso, obrigado. Vereador Paulino Adalberto Renz (PDT): Boa noite colega presidente, Secretário Léo, servidores desta Casa, Jornal O Diário, Jornal Dois Irmãos, meus colegas vereadores e o povo aqui presente. Sobre essa iluminação pública, eu, hoje, não votaria, está bem? Por quê? Porque o povo, hoje, não tem condições de pagar mais. Agora, como o meu colega Sérgio falou, de repente, daqui um ano, dois anos, vão vir aqui tirar mérito, pode ter a certeza de que eu não vou ser um desses vereadores que vai vir. Geralmente eu só vou dizer o que eu fiz, tranquilamente Sérgio. Então, como o colega Filipin falou, vamos rever bem esse projeto aí, porque ninguém do povo tem dinheiro hoje, para dizer: "Não, eu posso pagar mais." Os empresários também, a coisa está apertada, ninguém mais tem dinheiro hoje, para dizer: "Não, eu tenho dinheiro sobrando e eu posso ajudar a pagar mais alguma coisa." Eu acho, eu como vereador,



a gente tem que sim, melhorar, tentar buscar mais verbas para o município, e não carregar tanto o nosso povo de Dois Irmãos. E, também, os empresários, tudo é custo. Então, eu acho que no momento não é hora de, numa crise dessas aí, falar em aumento. Está bem? Então, hoje, eu não votaria a favor, voto contra. Como antes tinha os times festivos aqui, há muito tempo atrás eu também corria atrás de uma bola, gostaria muito, até, de hoje estar correndo, então, sugeriria um campo municipal. Porque antigamente tinha os times festivos, Futebol Onze hoje, é só Futebol Sete, não é? Nós, ao invés de progredir, nós estamos regredindo. Então, já falei coisas na sessão passada aqui, então, nós não estamos progredindo, nós estamos regredindo, não é? Então, eu acho que todos os vereadores tinham que dar as mãos e ajudar esses clubes festivos aí para ter o Futebol Onze de novo; fazer esse campo municipal para eles. Claro, com certeza, para fazer a gente tem que buscar verba, não sei se dentro da lei, ou tem que ir atrás, mas eu vou perguntar isso aí, se tem como, não é? - Neste momento o Vereador Sérgio solicitou um à parte ao Vereador Paulino. O à parte foi concedido. - Vereador Sérgio Luiz Fink: Até, em termos de auxílio, Vereador Paulino, já está bem encaminhado, nos próximos, no máximo dois anos o Complexo do SESI vai passar para o município, então, já vai ter um campo de futebol e um complexo todo esportivo para nós. Então, investir, agora, em mais um campo de futebol, eu acho que não seria necessário no momento que o SESI vai passar para Dois Irmãos, para a Prefeitura. Obrigado pela atenção. Vereador Paulino Adalberto Renz (PDT): Aí eu concordo. Então não precisa, é só um campo que eu também estava falando, não é colega Sérgio? Então, se é assim, o cara também fica faceiro já, de ver que os colegas vereadores também estão atrás, se programando aí para tentar melhorar para os times festivos, não é? Sobre a luz, também, eu quero falar para vocês de novo, vou voltar na luz, eu também pago R\$ 355,00 (trezentos e cinquenta e cinco reais) por mês, é meio pesado, então [...] claro que, de repente, se fosse para investir, como eu vim tempo atrás aqui falar para fazer uma rede baixa no Travessão, disseram que não era coisa da Prefeitura, tinha que ser da RGE, que naquela vez era AES Sul. Então, sabe, a gente vai ficando assim, vai gravando as coisas na cabeça, não é? Mas se fosse para fazer melhoria mesmo, a gente tem que rever muito bem esse projeto, não é? Então, hoje, eu votaria contra. É isso aí, meu muito obrigado. - A Presidente Eliane solicitou que o Vice-Presidente Paulo Gehrke assumisse os trabalhos da Mesa para utilizar a palavra em tribuna. - Vereadora Eliane Becker (PP): Boa noite colega vereador, boa noite comunidade e imprensa. Ninguém em nenhum momento, tanto como vereador, como deputado, como senador, quer votar impostos, muito menos tributos. No final do ano, como era final do ano e o projeto veio com vários projetos, alguns vereadores se colocaram contra nessa situação. Esse projeto foi todo revisado, repensado, as taxas diminuíram, principalmente para o empresário. Se vocês olharem, um empresário iria pagar R\$ 1.800,00 (um mil e oitocentos reais), hoje, a taxa foi para, ficou mais de R\$ 100,00 (cem reais). Outra questão, eu pedi para a funcionária fazer todo um levantamento desde 2012, porque os de 2012, esses pedidos já vinham, com certeza, até 2008, com defasagem até 2012, alguns foram feitos até no ano passado, mas na sua maioria, não foram realizados. E muitos pedidos foram refeitos pelos vereadores novos, um deles, o Vereador Paulo Fritzen, e em algumas colocações, eu até falei para ele: "Olha, pedido eu posso fazer semanalmente, a questão é ter recurso." E como eu me convenço? Tem vereador que vem aqui toda semana: "Ah, porque eu só sei trabalhar na saúde, na saúde." Mas de onde vem o dinheiro da saúde que ele trabalha, que eu trabalho, que o Paulo Quadri trabalha, que o Léo trabalha, que o Paulo Gehrke trabalha, que o Sérgio trabalha, que o Elony trabalha, que o Filipin trabalha e que o Paulo Fritzen trabalha? Porque não é só um, todos trabalhamos, todos ligamos para a secretária, que está aqui presente. Todos os dias, ou, se não são todos os dias, é no mínimo duas, três vezes por

semana, e no final de semana também. De onde vem? Do SUS? Do Estado? Do governo federal? Não. Dez dias de exames de urina e sangue tem sim, pelo SUS; vinte dias de exames vem do bolso da gente, vem dos impostos. Esses mesmos impostos que nós temos aqui, vereador, campeão em pedidos; que, muitos deles, como os meus e os deles, não são realizados. Por quê? Porque ele é do PT e eu sou do PP? Não. É porque não tem recurso. "Porque o PMDB lá do Temer ou da Dilma é culpado." Os dois, e os que já saíram também são. E eu gostaria sim, Joracir, de lhe dizer que obras têm, e perto da sua casa, que é uma ponte que custa praticamente R\$ 1 milhão e 500 mil. R\$ 500 mil, praticamente, que vai ser de contrapartida, vai sair dos cofres públicos para fazer melhoria para cada cidadão de Dois Irmãos e fora daqui. Mesmo com esses R\$ 500 mil, nós vamos continuar com a saúde que nós temos, com a educação de qualidade que nós temos; só que, eu informo também que, esses governos que estão gerenciando lá em Brasília já fizeram Dois Irmãos perder R\$ 700 mil de INSS. R\$ 700 mil de impostos já não entraram nos cofres. Não se sabe se vai ter repatriamento esse ano ou não; ano passado teve um milhão e meio. A primeira coisa que cada um de nós vai decidir hoje, se nos próximos meses nós teremos a quantidade de consultas dentro do hospital, a quantidade de postos abertos, a quantidade de exames em Dois Irmãos, porque não pensem que todas as ecografias, ressonâncias de urgência, tomografia de urgência, exames de urgência são pelos SUS, que não são; são do bolso dos cofres públicos. E só por causa disso, eu coloco o meu rosto aqui a disposição para defender o projeto, que vai arrecadar no total dessas pessoas, R\$ 70 mil; que é o custo da iluminação pública da comunidade por mês. Eu sei que muitos vão me criticar, muitos que me apoiam, até, talvez, dentro da minha casa, mas eu já aprendi que, se eu quero coisas boas para mim, eu vou precisar contribuir. Muitos trabalhos comunitários são feitos, por quê? Porque eles sabem que, contribuindo de forma voluntária os serviços vão melhorar para todos. E nesse momento, vocês com o tempo vão ser que nem os outros de outras cidades. Quando nós perguntamos, fomos a campo: "Quanto vocês pagam aí em Novo Hamburgo?" "R\$ 8,50 (oito reais e cinquenta centavos). E no verão, eu paguei R\$ 20,00 (vinte reais)." "Ah, mas como assim?" "Porque ela é sobre o gasto/consumo que eu tenho." A nossa taxa, ela é fixa. Aí, fomos para outras cidades, R\$ 12,00 (doze reais), R\$ 20,00 (vinte reais), R\$ 15,00 (quinze reais); conforme eles estavam gastando/consumindo energia elétrica. Não é para justificar, mas cada um de nós, quando diz que obras não estão acontecendo, olhem ao seu redor, vejam se o lixo está na frente, vejam se os galhos, ou construção civil ali jogada na frente da calçada, se ela está lá; vejam a quantidade de pessoas sentadas e sendo atendidas ali com o Sr. João, que todo mundo conhece ali da secretaria. Os milhares de comprimidos distribuídos por mês, as centenas de exames, as inúmeras viagens pelos hospitais ou clínicas, e coloca isso no bolso. Eu trabalho em uma escola particular que, mensalmente crianças somem da escola particular, e você vai procurar, aonde que elas estão? Estão na rede pública, estão na FADI, ou, estão em uma escola do município. Então, quando eu fui oposição criticava sim, mas defendia quando sabia que o que era um sofrimento, iria acontecer um sofrimento lá na frente; os secretários nos reuniam, explicavam o que iria acontecer, a sangria que pode acontecer com esse pouco. Hoje é pouco, e vai continuar. O aumento vai ser conforme a RGE. Esse ano a RGE diminuiu a taxa de energia elétrica. Então, essa taxa pode aumentar como pode diminuir. Somente em noventa dias vai ser cobrada a primeira taxa. E, hoje de amanhã, ainda reunidos eu e o Sérgio com a prefeita, a gente cobrou já, como, talvez, num futuro pagador, e se colocando no lugar da comunidade; que a gente veja esses inúmeros pedidos, como a Dona Carmem lá do Travessão fez, que saiu na reportagem do Jornal O Diário, dizendo, assim como outras pessoas já haviam comunicado, que estavam com medo de serem assaltados; e em poucas semanas aquela obra foi feita. Queria comunicar aqui, também,





nas próximas semanas a RGE vai estar aqui na audiência pública, e uma das cobranças que nós vamos fazer, não é, Vereador Sérgio? É que, muitas vezes, quando trocam os postes de luz, somem com a rede baixa e com os braços de luz e com as nossas lâmpadas e reatores. Então, a gente investe e quando vê, tem que reinvestir nos mesmos locais; o que, na verdade, se considera um roubo. Então, é uma das cobranças que nós queremos fazer. Quando fazem uma obra, já deixem pronta essa rede baixa, que sai muito mais barata; que não saiam roubando as nossas redes baixas, como aconteceu no Bairro São Miguel e aqui no Vale Verde, que foi colocado/reposto na semana passada. Então, assim, cabe a consciência de cada um. (Neste momento houve a manifestação do Vereador Joracir. Inaudível). Vereadora Eliane Becker (PP): Quem está levando? É quando fazem o serviço de recolocação dos postes. (Neste momento houve a manifestação do Vereador Joracir. Inaudível). Vereadora Eliane Becker (PP): Provavelmente é a Equipe CONECTA, que é a terceirizada pela RGE. Ela já foi notificada diversas vezes pela Prefeitura. Seria isso, muito obrigada. A Presidente Eliane reassumiu os trabalhos da Mesa. (Neste momento houveram algumas manifestações. Inaudível). Presidente *Eliane*: Desculpem. Quando a funcionária Maitê digita os dez minutos, eles conferem, está bem? Só que, a sessão só funciona com aquele relógio lá, mesmo ele não funcionando, os microfones só funcionam com a sincronia daquele painel. Então, ele já foi mandado para o conserto e ele já retornou, só que, nós temos que trocar o display essa semana. Assim como o microfone, para quem vem mais vezes à sessão, também foi trocado porque a gravação saia muito baixa, e alguns vereadores falam mais baixinho, então, muitas vezes, era difícil a Maitê poder digitar; e algumas pessoas da comunidade também, que era homenageadas ou usavam a tribuna. Vereador Paulo César Quadri (PMDB): Em primeiro lugar, boa noite a presidente, aos vereadores, a toda a assistência que está aqui presente. Para mim, hoje, é um dos dias mais tranquilos como vereador com o que eu vou fazer. Toda as semanas as pessoas me procuram: "Paulinho, por favor, falta luz lá na minha rua." Aí, eu faço aquela pergunta: "A sua rua tem rede baixa?" "Não sei, eu vou passar lá, olho e lhe respondo." Chega lá, não tem a rede baixa. Se não tem rede baixa, não pode colocar braço de luz, e aí vem o grande problema: qualquer município no país, em 5.500 (cinco mil e quinhentos) municípios; qualquer município do Estado, em 497 (quatrocentos e noventa e sete) municípios, é fácil responder: para se colocar uma rede baixa, para se colocar um braço de luz, o prefeito ou prefeita de cada município desembolsa R\$ 15 mil, R\$ 20 mil, R\$ 30 mil, passa para a antiga AES Sul, ou RGE hoje, aí a manutenção sempre vai ser feita. Mas com o dinheiro público. Há dezesseis anos atrás, o Prefeito Juarez, Paulinho Quadri vereador, falaram de mim, refuguei o projeto que está aqui hoje, há dezesseis anos atrás, para a cobrança de luz, e disse para o prefeito, na época: "Não vou aprovar, porque o momento não é agora. O município não precisa no momento." Mas de dezesseis anos para cá o município cresceu, a população cresceu, hoje, temos mais de 30.000 (trinta mil) habitantes. E para quem não sabe, e para quem faz de conta que não quer saber, o Tribunal de Contas do Estado está em cima dos municípios que não estão cobrando; estão ameaçando entrar na justiça. E se alguém tem alguma dúvida, vai no Tribunal de Contas e conversa com eles. E mais, 497 (quatrocentos e noventa e sete) municípios no Estado, apenas dois ou três não cobram a luz; mas vão ter que cobrar. Eu sou um vereador que me considero responsável, não tenho medo se eu concorrer a vereador de novo, alguém vai dizer: "Eu não voto em você, porque você aprovou o projeto." Isso é problema de cada um, o que vale é a minha consciência. Nós temos, hoje, as melhores creches, temos, hoje, uma das melhores saúde no município, do Estado. E sempre digo: o problema da saúde não é Dois Irmãos, é quando você sai de Dois Irmãos. Aqui o povo é ouvido, aqui a gente chama os secretários e eles vão lá e fazem os serviços. Agora, Vereador Filipin, você disse que o Ministério Público não aceita,

mas como o Ministério Público não aceita? Vamos aprovar o projeto hoje? Sim, e se o Ministério Público não aceitar, ele tem a caneta na mão para ingressar na justiça contra o executivo, sem problema nenhum. Nós somos democráticos. Agora, sou democrático em dizer: quem quebrou a extensão de rede de luz foi o PT no governo Dilma, para ganhar a eleição. Prometeram baixar o preço lá embaixo, e quebraram todas as distribuidoras; e quem está pagando a conta, e não é R\$ 4,00 (quatro reais) por mês, como vão cobrar da população, quem está pagando a conta somos nós todos, com muitos R\$ 4,00 (quatro reais). Isso ninguém fala, porque ser oposição em qualquer coisa no Brasil é fácil; agora, venham fazer, mostrem no braço que vocês fazem as coisas. Aqui eu sempre digo: a prefeita ou prefeito, o vice-prefeito, ou a pessoa que trabalha na Prefeitura, eles fazem e mostram que fizeram. E fazem pelo bem do povo. Nada me assusta, críticas, se com esses R\$ 4,00 (quatro reais) mensal que o povo vai pagar, vai ser começado a fazer essas redes que faltam, rede baixa, e a população, em poucos anos, não vai mais ter falta de iluminação pública nos bairros. Isso a gente garante, porque vamos começar com 50% desse dinheiro aplicando em cima. E mais uma coisa, a hora que começarem a colocar as lâmpadas LED, iluminação de primeiro mundo na cidade, a cidade vai ter quatro, cinco vezes mais iluminação à noite, do que tem agora. Então, não venham com essa conversa de dizer que está ruim. Está ruim para todo mundo. Lá na empresa nós pagamos tanto imposto que a gente não sabe como vai ser daqui para frente, mas R\$ 4,00 (quatro reais) não vai quebrar a gente. R\$ 4,00 (quatro reais), quando o filho está lá na parada, que vem da faculdade ou da escola de noite, ele vai ter a sua luz quando chegar em casa; porque se não, o bandido está à espreita, querendo assaltar. Vamos terminar com isso aí no futuro. Pouco a pouco vamos fazer isso aí, e só não vê quem é cego. E, graças a Deus, eu ainda não sou cego. Sim ao projeto, não me importa o que vão falar ou não vão falar, eu me importo sim, do futuro de Dois Irmãos, do cidadão de Dois Irmãos. É isso. Se há dezesseis anos refuguei o projeto, hoje, eu assumo o projeto com os meus colegas vereadores, aprovando esse projeto. E espero que seja aprovado o projeto hoje, porque nós temos muitas coisas para fazer em Dois Irmãos referente a iluminação pública. Porque nós não mentimos aqui, como mentiu a Ex-Dilma, que quebrou o país e quebrou a rede pública da luz. Isso é a verdade. Muito obrigado. Não havendo mais nenhum vereador inscrito, a Senhora Presidente passou às Comunicações de Liderança: Vereador Joracir Filipin (Líder da Bancada do PT): Bom, primeiro eu quero dizer que, Dilma, governos passados, para mim, de fato, o que interessa aqui é a nossa população de Dois Irmãos. De fato, o que interessa aqui é que, estão querendo dar um tarifaço, a prefeita está querendo dar um tarifaço na cobrança de iluminação pública. Se eles não têm competência para administrar bem o município na gestão de recurso público e tem que cobrar para arrecadar mais dinheiro, primeiro, eles que façam o dever de casa, e, depois, mandem o projeto para cá, que nós vamos dar uma olhada melhor. Façam o dever de casa, cortem os cargos de confiança, os CC's, cortem as horas extras. É isso. Agora, a situação aqui não me convenceu. Não me convenceu pelo seguinte: porque eles falam aqui que o município tem que investir em educação, saúde, mas isso já está sendo investido, isso é o básico que o município sempre faz, sempre teve investimento. E, aí eles disseram que, no projeto aqui, que esse recurso é só para iluminação pública. Daí, eles usam para tentar maquiar, dizer que esse recurso que vão cobrar a mais, vão investir em saúde, educação. Não é isso. Eles já disseram aqui que, então, esses recursos vão ser para arrumar iluminação na BR 116, iluminação em alguns pontos que não tem. Eu lamento, lamento aqui, vereadores, que novamente vem projeto aqui para tarifaço de cobrança de iluminação pública. Se a prefeita não tem outras maneiras de arrumar arrecadação aqui no município, ela se quer [...] poderia estar, hoje, aqui no município, correndo atrás para trazer mais empresa aqui para o município, para investir, para dar



mais emprego para o povo, para gerar mais renda para a população. Mas estão parados. O Parque Industrial que está lá, que era para trazer novas empresas para cá, está virado quase em capoeira de novo. O gestor público, o prefeito, se quer arrecadar, ele tem que ter uma boa programação, e ele tem que pensar no futuro da cidade, e ir atrás, buscar mais empresas para cá, para dar mais emprego para o povo, para poder gerar imposto para a cidade. Agora, vir aqui colocar novamente um pacote para nós vereadores aqui votarmos; o Paulinho Quadri disse que não está nem aí para o mandato dele, eu estou aqui, Paulinho, sim, pelo meu mandato, porque foi o povo que me elegeu, e eu vou defender o povo. Esses projetos de imposto eu não vou aprovar, Paulinho. Não vou aprovar, porque nós já pagamos iluminação pública, nós já pagamos a conta de luz, que é muito alta; já estão embutidos ali os recursos para ter iluminação. É isso que nós estamos discutindo aqui. E a Vereadora Eliane disse aqui que, no ano passado eles colocaram o imposto, era muito alto, era quase R\$ 1.000,00 (um mil reais) por empresário e pequeno comércio. Já erraram no ano passado. Agora, redimiram o erro, e vieram aqui e colocaram um pouquinho a menos. De novo, vereadora? Mais imposto para o povo pagar, para os comércios pagarem, para os trabalhadores pagarem? Não dá. É um governo que não sabe administrar e não sabe buscar investimento para a cidade. E é isso que acontece, aí falta dinheiro, e aquilo que eu coloquei agora a pouco para vocês, só em um prédio, de aluguel, gastam R\$ 350 mil em quase quatro anos. Vocês imaginem a quantia que dá isso? Dá para fazer quase trinta, quarenta casas para a população. É só ter gestão; falta gestão. Seria isso. Muito obrigado. Vereador Sérgio Luiz Fink (Líder Independente): Senhora presidente, vereadores. Realmente, Filipin, a sua palavra chave, ela é importante: gestão. E a gestão, ela foi comprovada agora nas eleições. O que o povo queria? O governo que estava antes, que não soube gestionar, que assumiu com R\$ 3.960.000,00 (três milhões, novecentos e sessenta mil reais), e saiu devendo mais do que R\$ 7 milhões. Então, o povo escolheu a gestão, tanto que, a diferença deu mais do que 3.000 (três mil) votos. E costumam dizer aqui que não tem obra no nosso município, só ano passado, contrapartida do município: academia do São João: R\$ 10 mil; capeamentos asfálticos: R\$ 250 mil; praça no Moinho Velho: R\$ 20 mil; a creche que está saindo lá no Travessão: R\$ 300 mil; Rua Três Coroas: R\$ 140 mil; isso deu R\$ 720 mil. Este ano, uma obra que mais de trinta anos as pessoas estão esperando: duplicação da ponte da Rua Sapiranga, que deveria ter sido feita, quando se falava em planejamento, quando se instalou os 240 (duzentos e quarenta) apartamentos lá no Bairro São João. Aí deveria ter sido feito. Porque são 240 (duzentas e quarenta) famílias que têm que ocupar a Rua Sapiranga para vir para o Centro; não fizeram. Quem está fazendo? A atual administração. E quanto o município tem que dar de contrapartida? R\$ 492 mil. Isso sai do recurso livre. UBS do Vale Verde, que tanto se cobra aqui: R\$ 65 mil; a UBS do Bairro Navegantes, que o senhor tanto brigou, e que bom, mas do município vai sair R\$ 119 mil. (Neste momento houve a manifestação do Vereador Joracir. Inaudível). Vereador Sérgio Luiz Fink (Líder Independente): Exatamente. Dois anos que o dinheiro continua rendendo juros; que o senhor não teve competência de fazer no seu governo, no governo do seu partido, nos quatro anos que estiveram no governo; que você era do bairro, você não conseguiu arrumar esse recurso. Agora, estamos lá, fazendo a obra que o senhor não conseguiu. UBS Bela Vista, que está ampliando para o dobro do tamanho: R\$ 50 mil; terceira idade, que o senhor também não conseguiu no seu governo, está saindo agora: R\$ 35 mil de contrapartida do município. Inclusive, o seu governo ganhou R\$ 450 mil em dinheiro que esta Câmara devolveu para ele, e o que ele fez com o dinheiro? Ainda enganou as vovozinhas, dizendo que iria utilizar o dinheiro para pagar a primeira parcela do hospital. O que ele fez? Enganou as vovozinhas, não construiu e não pagou o hospital. O que é pior, enganou todo mundo. Enganou os nove vereadores, que ele veio aqui na

sessão, e disse que queria autorização para que se liberasse esse dinheiro, porque ele queria dar esses R\$ 500 mil para as Irmãs. Não deu. Enganou as Irmãs, enganou os nove vereadores e enganaram as vovozinhas. Pavimentação no Travessão: R\$ 35 mil de contrapartida; e a conclusão da creche do Travessão: R\$ 178 mil. Até agora, está projetado R\$ 975 mil só em contrapartidas de obras do município. Isso é gestão. Isso é gestão, porque o resto é enganação que aconteceu, que todo mundo sabe. Era isso. Obrigado. Presidente *Eliane*: Não esquecendo a FADI, não é? Em torno de R\$ 6 milhões. Vereador Paulo César Quadri (Líder da Bancada do PMDB): Senhora presidente. Esclarecer ao Filipin que não falei que não me importava com o meu mandato, falei que não me importava se votava em mim ou não votava em mim. Mas ele sempre faz aquela volta, já que os repórteres estão aí, para eles colocarem alguma coisa contra mim no jornal. Mas não adianta, Filipin, você é uma pessoa boa como pessoa, mas como político, você gosta de enrolar, muitas vezes, aqui na tribuna. E outra coisa, você não esqueça, Filipin, você não esqueça que, em 2012, Natal dos Anjos, final do ano, encontramos na gaveta contas de luz que o seu Governo Miguel não pagou; e que nós pagamos em janeiro. Pagamos em janeiro, que o seu governo esqueceu na gaveta, ou colocou na gaveta. Se você quer as contas de luz, eu tenho elas guardadas em casa. Está bem? (Neste momento houve a manifestação do Vereador Joracir. Inaudível). Vereador Paulo César Quadri (Líder da Bancada do PMDB): Não discutiu o projeto não. Você só gosta de querer colocar nas pessoas, agora, ouvir você não gosta de ouvir. O seu prefeito não pagou a luz do Natal dos Anjos de 2012, encontramos na gaveta, e fechada na gaveta. E, falando em luz, isso é lamentável, povo; mas a gente tem que se lembrar disso aí também, não é? E outra coisa, a gente tem que ser honesto no que a gente faz. Estou aprovando esse projeto com toda a tranquilidade. Eu vou pagar, todos vão pagar da minha família, vou pagar porque eu sei que R\$ 4,00 (quatro reais); olha aqui, pagar R\$ 4,00 (quatro reais), você gastando de 401 a 500 watts, você vai pagar R\$ 4,00 (quatro reais) "tchê". Me desculpa, mas isso não paga nem uma cerveja que a gente toma no final de semana, ou de noite, quando a gente vai embora da Câmara, ou vem do serviço. Pelo amor de Deus, "tchê". Isso é fácil. Agora, os vereadores da oposição, claro, são vereadores e têm todo o direito de votar contra ou a favor, o projeto sendo aprovado hoje, aqui, daqui a alguns dias, as pessoas lá do seu bairro, vereadores, vão pedir para vocês: "Queremos luz no bairro." E aí, você vai dizer que não tem rede baixa. Aí, você vai dizer o que? "Precisamos gastar para colocar rede baixa." Então, eu peço a todos os vereadores que, aqueles que [...] não votem totalmente contra, porque isso vai beneficiar vocês, o seu bairro. Podem ter certeza; eu tenho prática nisso aí. Amanhã já vai ter gente pedindo: "Olha, eu preciso de rede baixa", lá no 48, ou no São João, e vai ser feito logo, com o dinheiro dos R\$ 4,00 (quatro reais) mensal por família. Então, é fácil dizer não, é fácil dizer sim, mas o meu voto é sim, sim e sim. Muito obrigado. Vereador Paulino Adalberto Renz (Líder da Bancada do PDT): Meus colegas vereadores: Eu me sinto envergonhado de dizer, hoje, que sou vereador, pelo que vocês fazem um para o outro aí. Isso dois, três aqui. Viemos aqui para discutir um projeto, já puxaram de todos os governos de vocês, que eu já falei aqui na tribuna: o povo brasileiro no corredor da morte nas filas dos hospitais, o mínimo que a gente tem que pensar é na saúde. E daí, vocês vêm aqui para discutir um projeto e puxam todos os ladrões de Brasília. Eu fico envergonhado de dizer que sou vereador. Então, a gente tinha que se respeitar um pouquinho mais. O debate tem que ter, o trabalho tem que ter, vestir a camisa por Dois Irmãos, pelo povo, com certeza; o povo pode cobrar muito de mim, pode ter certeza; com respeito, eu vou respeitar eles, respeito todos vocês, mas nesse debate aí, eu não queria entrar, mas me sinto envergonhado de ser vereador. É isso aí, meu muito obrigado. Vereador Paulo Edvino Fritzen (Líder da Oposição): Boa noite Eliane Becker Presidente da Casa, Léo Buttenbender, jurídico,



colegas vereadores, Jornal Dois Irmãos, Jornal O Diário e o povo aqui presente. Eu não sei, eu acho que todas essas pessoas que estão aqui estão se sentindo envergonhadas, com certeza. Eu acho que sim. Porque nós vereadores, eu acho que vocês votaram nessas pessoas que estão aqui, não para brigar, não falar de Brasília, não falar de Dilma, de Lula, gente que [...] Michel Temer, que saiu com malas de dinheiro também, não é? Nós não conseguimos fazer nada; nada, nada, nada, nada. Então, não vale a pena subir nesta tribuna e falar disso aí. Eu acho que nós temos que falar de Dois Irmãos, o que nós precisamos para Dois Irmãos. Essa é a minha opinião. Eu acho que não adianta nós falarmos dessa gente, nós temos que falar o que Dois Irmãos precisa. Dois Irmãos está passando por uma crise muito grande; calçamento, bloquetos, o povo não está conseguindo pagar nem em 24 (vinte e quatro) vezes. Tem gente no Bairro São João que não consegue pagar nem em 36 (trinta e seis) vezes. E, após o dia 03, eu quero convocar uma audiência pública aqui dentro com todo o povo do Bairro São João, para debater esse tipo de coisa, que eu já pedi para a prefeita e ela não quer fazer em 36 (trinta e seis) ou 48 (quarenta e oito) vezes. A gente já fez uma reunião, porém, ela disse que não vai fazer. O Sérgio estava junto. Então, eu acho assim, está difícil. Não vou entrar em discussão sobre esse projeto. Hoje, eu peço "Vistas" desse projeto, que seja votado [...], eu nem observei esse projeto porque não me deu tempo essa semana; eu peço "Vistas" desse projeto, vamos analisar o projeto com calma e, depois, nós vamos votar ele. Talvez, seria uma boa, talvez, não; não sei. Então, assim, eu quero pedir à Eliane Becker: Por favor, vamos ver se nós conseguimos contratar uma rádio para passar isso aqui na rádio, porque é pouca gente que está ouvindo isso aí. Dois Irmãos inteiro deveria ouvir isso aí, Dois Irmãos inteiro deve escutar o nosso debate aqui dentro. Eu peço para que seja passado pela rádio as sessões da Câmara de Vereadores, porque o povo está pedindo, o povo quer escutar pela rádio; eles querem ouvir os vereadores, o debate dos vereadores. Então, eu não sei, sempre foi passado, só que, se não passar agora, nem na época da política que não se passe essas sessões da Câmara de Vereadores. Então, eu deixo o meu apelo, se não passar nessas épocas, quando faltar um ano antes da campanha vão querer passar a divulgação lá na rádio. É o que eu estou imaginando. Tomara que eu esteja errado, mas eu gostaria que fosse passado pela rádio as sessões da Câmara de Vereadores. Porque todo mundo merece escutar o que nós debatemos aqui dentro para ver a capacidade de cada um; após, depois, eles podem votar de novo, vão ver quem é quem e a maneira que os vereadores se comportam aqui dentro. Porque, a verdade, nós não fomos eleitos para brigar aqui dentro, nós não fomos eleitos para discutir siglas partidárias, nós não fomos eleitos para falar de Dilma, nós não fomos eleitos para falar de Michel Temer; nós fomos eleitos para falar do povo, o que o povo mais precisa, o que o povo mais necessita, o que o município necessita, e ir atrás de emendas para ajudar Dois Irmãos. Eu acho que nós fomos eleitos para isso. Meu muito obrigado. Presidente *Eliane*: Em ano eleitoral a rádio não transmitia. A rádio foi convidada várias vezes, se ela quiser transmitir, ela transmite. Eu me nego a pagar R\$ 1.000,00 (um mil reais) para uma empresa que é comunitária. Então, se ela é comunitária, ela pode vir aqui e prestar o serviço. A comunidade é muito bem informada pelos jornais que nós temos, porque ele faz a leitura exatamente todos os dias do Jornal Dois Irmãos, do Jornal O Diário, do Zero Hora, do NH. As pessoas que querem informação, elas buscam pelo seu facebook, pelo instagram, pelo whatsapp, pela internet, pelo Jornal O Diário, que passa em 12 (doze) municípios; e tem gente que sabe mais coisas fora do nosso município do que daqui, porque elas se interessam. Então, ela tem como buscar. E independente dos projetos que vieram aqui, você vereador, assim como eu, representamos quase 3.500 (três mil e quinhentas) pessoas. Então, é da consciência de cada um de nós o voto que nós temos nas nossas mãos. E sobre saúde, que o senhor falou, esse projeto trata sobre isso também, de

forma indireta. Vereador Léo Buttenbender (Líder da Bancada do PSB): Boa noite senhora presidente, Maciel Schaumloeffel nosso jurídico, servidoras da Casa, colegas, imprensa, Jornal O Diário e Jornal Dois Irmãos, estimada comunidade que nos prestigia esta noite, secretários que estão aqui presentes. A todos as boas-vindas. Em primeiro lugar, já que a nossa secretária está aqui presente, a Anelise Steffen, Secretária da Saúde, eu estou encaminhando um pedido da possibilidade de aumentar os exames de endoscopia e colonoscopia aqui no Hospital São José pelo Instituto Vida. Eu não tenho conhecimento do contrato feito entre o hospital e Prefeitura, mas eu acredito que é possível fazer um adentro de colocar mais vezes por mês, não só uma vez, mas mais exames durante o mês. Porque tem muita gente, onde os médicos pedem/solicitam esse tipo de exame, a colonoscopia e a endoscopia. E sabe-se que, tem médico em Dois Irmãos que tem os aparelhos em casa e sem a sua utilização. Então, eu peço assim, Anelise, dentro da sua [...] junto com a prefeita, da possibilidade de se marcar mais exames dessa natureza aqui no Hospital São José, para que as pessoas, muitas vezes, de idade já, tenham que se deslocar para Taquara, onde, hoje, a Prefeitura tem o convênio. Em relação ao projeto 076 que entrou nesta Casa, sexta-feira, às 13 horas e 50 minutos, tenho a certeza de que os vereadores tiveram o acesso aqui, porque fecha às duas horas na sextafeira, não é? Presidente *Eliane*: Duas, duas e pouco. Vereador **Léo Buttenbender (Líder da Bancada** do PSB): 14 horas, 14 horas e pouco fecha aqui, e já estava aqui na Casa na sexta-feira, então. Tive acesso, e eu tenho como base no ano passado, que entrou esse projeto aqui; mas totalmente remodelado. No ano passado era um projeto só reduzindo os 30% para 20%, ou era 25%? 20% não é? Do desconto à vista no imposto de renda, o IPTU, e a taxa de iluminação pública. Foi rejeitado por esta Casa, e, agora, o projeto volta exclusivamente para a cobrança de iluminação pública. Eu tenho certeza, é a minha opinião, que a comunidade de Dois Irmãos é a favor sim, de uma cidade iluminada, de uma cidade com segurança. Não me resta dúvida: R\$ 48,00 (quarenta e oito reais) por ano para a maioria dos usuários, clientes da RGE. Sabendo-se que a comunidade recebe vários benefícios que já foram relatados aqui pelos meus vereadores que me antecederam. A questão lixo, saúde, educação, segurança, bombeiros, enfim; e poucos são os que usam, poucas residências pagam o papa entulho, que é aquela caixa que é paga; e os demais aguardam a Prefeitura levar o lixo de entulhos embora. Justen, o senhor tem casa na praia, vai lá e o que acontece? Largou ali, ou é R\$ 4.000,00 (quatro mil reais) de multa se você não fizer a limpeza, paga um papa entulho R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais) e manda levar embora. Então, o Município de Dois Irmãos tem benefícios sim. Com esses R\$ 1.700.000,00 (um milhão e setecentos mil reais) que a Prefeitura paga hoje, anual pela energia elétrica pública das ruas, 50% serão investidos em melhorias aonde não tem rede. Está claro isso no projeto, e assim, sucessivamente. Sabe-se que o município deixa de receber recursos atualmente. Só falando dos proprietários de carros, são um mil, cento e poucos carros que não estão com o IPVA em dia; onde 40% desse IPVA fica para Dois Irmãos, 40% vai para o Estado e 20% vai para o FUNDEB. É recurso que deixa de entrar e a Prefeitura tem que trabalhar com o que tem de recurso livre. Então, eu tenho certeza de que esses R\$ 4,00 (quatro reais), que é a maior parte dos clientes, não é muito [...]. - (Neste momento o Vereador Léo excedeu o seu tempo no espaço de Comunicações de Liderança e solicitou à presidência um minuto de acréscimo para concluir. De acordo com o Regimento Interno, não é possível o acréscimo de tempo para a conclusão da fala). Vereador Léo Buttenbender (Líder da Bancada do PSB): Eu iria concluir, mas deixo por aqui então, a minha fala. Mas, por mim, pode entrar em votação hoje, como semana que vem, não tem problema. Vereador Paulo Cezar Gehrke (Líder da Bancada do PP): Boa noite senhora presidente, Secretário Léo, servidores da Casa, imprensa escrita, falada, colegas vereadores, pessoas que nos

honram com a visita, com a presença; que também não é só pela rádio, não é Presidente Eliane? Mas com a honra da visita, a gente fica muito feliz que venham nos prestigiar. Também, parabenizo ao Mauro Hahn, Chefe do Departamento de Desporto, aonde fizemos homenagem aos clubes que participaram do Futebol Sete; bem como, o colega Vereador Paulino Renz comentou sobre o Futebol Onze, não é Paulino? De clubes festivos, que terá ainda este ano. Já estão havendo reuniões no Departamento de Desporto, se não me falha a memória, mais para o final do ano, não é Mauro? Terá um campeonato de clubes festivos, Futebol Onze. Está bem? Também me manifestou referente ao projeto, sou a favor para que vá a votação, devido ao seguinte: esses recursos que irão entrar através do projeto, teremos investimentos na saúde. Colegas vereadores, hoje temos saúde, segurança pública, educação, enfim, todas as áreas muito boas. Isso eu posso dizer. Não trabalho só pela saúde, só educação, trabalho em todas as áreas; e, também, participo de outras comunidades, outros municípios, e é bem diferente. Inclusive, vimos, eu tenho irmãos em Caxias do Sul, lá não tem atendimento. O meu irmão foi no atendimento de madrugada, ficou 4 (quatro) horas com o filho pequeno com febre [...] (Neste momento houve a manifestação de alguns vereadores. Inaudível). Vereador Paulo Cezar Gehrke (Líder da Bancada do PP): Isso. E muito mais. Então, eu sei, como os colegas vereadores que me antecederam, colega Sérgio, eu sei que é complicado aumentar, mas eu acho que, futuramente, ou para frente, todos nós veremos investimentos muito bons na iluminação pública. Seria isso, meu muito obrigado. Não havendo mais nenhum vereador inscrito, Presidente Eliane: Obrigado vereador. Ninguém mais inscrito, coloco o pedido de "Vistas" em votação. - O Vereador Joracir solicitou "Vistas" ao Projeto de Lei nº. 076/2017, que "INSTITUI NO MUNICÍPIO DE DOIS IRMÃOS A CONTRIBUIÇÃO PARA CUSTEIO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA PREVISTA NO ARTIGO 149-A DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL." - Votado, o pedido de "Vistas" foi reprovado por 04 (quatro) votos favoráveis dos Vereadores Léo, Paulo Gehrke, Paulo Quadri e Sérgio e 03 (três) votos contrários dos Vereadores Joracir, Paulino e Paulo Fritzen. A Senhora Presidente passou neste momento à **Ordem do Dia:** A Senhora Presidente encaminhou os Projetos de Lei nº 075 e 076/2017 à Comissão Geral de Pareceres, e suspendeu a sessão por tempo indeterminado, aguardando a vinda dos pareceres. Reaberta a sessão a Senhora Presidente colocou em discussão o PROJETO DE LEI N°. 075/2017, que "AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO CORRENTE EXERCÍCIO." 'O seguinte projeto autoriza a abertura de crédito suplementar no montante de R\$ 630.000,00 (seiscentos e trinta mil reais), para a manutenção do Ensino Infantil Pré-Escola. Especificamente, o requerido se deve para fins de suportar as despesas decorrentes do pagamento da folha salarial dos professores do ensino infantil.' Votado, o Projeto de Lei foi aprovado por unanimidade. A Senhora Presidente colocou em discussão o PROJETO DE LEI Nº. 076/2017, que "INSTITUI NO MUNICÍPIO DE DOIS IRMÃOS A CONTRIBUIÇÃO PARA CUSTEIO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA PREVISTA NO ARTIGO 149-A DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL." "Art. 1º Fica instituída no Município de Dois Irmãos a Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública - CIP, prevista no artigo 149-A da Constituição Federal. Parágrafo único. O serviço previsto no caput deste artigo compreende o consumo de energia destinada à iluminação de vias, logradouros e demais bens públicos, e a instalação, manutenção, modernização e expansão da rede de iluminação pública. Art. 2º É fato gerador da CIP o consumo de energia elétrica por pessoa natural ou jurídica, mediante ligação regular de energia elétrica no território do Município. Art. 3º Sujeito passivo da CIP é o consumidor de energia elétrica residente ou estabelecido no território do Município e que esteja cadastrado junto à concessionária distribuidora de energia elétrica titular da concessão no território do Município. Art. 4º A base de cálculo da CIP é o valor mensal do consumo

total de energia elétrica constante na fatura emitida pela empresa concessionária distribuidora. Art. 5º As alíquotas ou valores de contribuição são diferenciadas conforme a classe de consumidores e a quantidade de consumo medida em Kw/h, conforme a tabela anexa I, que é parte integrante desta Lei. Parágrafo único. A determinação da classe/categoria de consumidor observará as normas da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL - ou órgão regulador que vier a substituí-la. Art. 6º A CIP será lançada para pagamento juntamente com a fatura mensal de energia elétrica. § 1º O Município conveniará ou contratará com a Concessionária de Energia Elétrica a forma de cobrança e repasse dos recursos relativos à contribuição. § 2º O convênio ou contrato a que se refere o caput deste artigo deverá, obrigatoriamente, prever repasse imediato do valor arrecadado pela concessionária ao Município, retendo os valores necessários ao pagamento da energia fornecida para a iluminação pública e os valores fixados para remuneração dos custos de arrecadação e de débitos que, eventualmente, o Município venha a ter com a concessionária, relativos aos serviços supra citados. § 3º O montante devido e não pago da CIP a que se refere o "caput" deste artigo será inscrito em dívida ativa, 60 dias após a verificação da inadimplência. § 4º Servirá como título hábil para a inscrição: I - a comunicação do não pagamento efetuada pela concessionária que contenha os elementos previstos no art. 202 e incisos do Código Tributário Nacional; II - a duplicata da fatura de energia elétrica não paga; III - outro documento que contenha os elementos previstos no art. 202 e incisos do Código Tributário Nacional. § 5º Os valores da CIP não pagos no vencimento serão acrescidos de juros de mora, multa e correção monetária, nos termos da legislação tributária municipal. § 6º Os valores da CIP serão automaticamente reajustados de acordo com os mesmos índices de reajuste utilizados pela concessionária de energia elétrica. Art. 7º Fica criado o Fundo Municipal de Iluminação Pública, de natureza contábil e administrado pela Secretaria da Fazenda Municipal. Parágrafo único. Para o Fundo deverão ser destinados todos os recursos arrecadados com a CIP para custear os serviços de iluminação pública previstos nesta Lei. Art. 8º O Poder Executivo regulamentará a aplicação desta Lei no prazo de 15 dias a contar da sua publicação. Art. 9º Fica o Poder Executivo autorizado a firmar com a Concessionária de Energia Elétrica do Estado do Rio Grande do Sul o convênio ou contrato a que se refere o art. 6°. Art. 10. Revogam-se as disposições em contrário. Art. 11. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação. Justificativa: Depois da Emenda Constitucional n. 39/02, que veio a constitucionalizar a cobrança da iluminação pública por meio do art. 149-A da Constituição Federal, a doutrina é praticamente pacífica na denominação de tributo da chamada "contribuição de iluminação pública", ainda, no próprio dispositivo, remete que os Municípios e o Distrito Federal, ao criá-la, devem respeitar o disposto nos incisos I e III do art. 150, do mesmo diploma Constitucional. Verifica-se que a exação tributária contém todos os elementos contidos no conceito de tributo estabelecido pelo art. 3º do Código Tributário Nacional, vejamos: "Art. 3°. Tributo é toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada." Logo, depreende-se do dispositivo transcrito que a CIP atende aos requisitos de tributo. O Professor José Eduardo Soares de Melo (2003: p. 46), leciona: "Tributo é a receita pública derivada do patrimônio dos particulares, de caráter compulsório e instituído em lei, consoante as materialidades e respectivas competências constitucionais, fundamentada em princípios conformadores de peculiar regime jurídico". Portanto, o tributo denominado "Contribuição de Iluminação Pública" inserido do art. 149-A da Constituição Federal de 1988 guarda semelhança com varias espécies tributárias. A CIP tem a finalidade de retribuir os serviços de iluminação pública suportado pela municipalidade e Distrito Federal. Exarada as considerações a respeito da natureza

jurídica da CIP passaremos a questão da competência legislativa. Cabe apontar a distinção entre competência legislativa e competência tributária. A competência legislativa está disposta no art. 24 da Constituição Federal onde estabelece a competência concorrente da União, dos Estados e do Distrito Federal para legislar sobre direito tributário, estabelecendo normas gerais acerca do exercício do poder de tributar. Por sua vez, a atribuição dada aos entes políticos (União, Estados, Distrito Federal e Municípios) para instituir tributos chama-se competência tributária. A Carta Magna tratou de delimitar a competência de cada ente para instituir tributos, estas normas não são apenas formalmente constitucionais. Note-se que não estamos instituindo (fundando, criando, iniciando) um tributo, mas regulando por meio de lei ordinária e com base na competência concorrente, onde a legislação federal tem primazia sobre a estadual e municipal, a isenção tributária a contribuintes vinculados às unidades consumidoras enquadradas na Subclasse Residencial de Baixa Renda. As isenções serão concedidas em lei ordinária, constituindo uma dispensa do pagamento do tributo devido, ou como declara o artigo 175, inciso I, do Código Tributário Nacional, uma exclusão de crédito tributário, ou seja, uma parte liberada dentro do campo de incidência que está sendo suprimida por meio de Lei. Além disso, não estamos ferindo o principio da isonomia, pois no Direito Tributário, a isonomia ou igualdade tributária está prevista no Art. 150, II da CF/88, segundo o qual "é vedado à União, aos Estados, ao DF e aos Municípios instituir tratamento desigual entre contribuintes que se encontrem em situação equivalente, proibida qualquer distinção em razão de ocupação profissional ou função por eles exercida, independentemente da denominação jurídica dos rendimentos, títulos ou direitos". Isso não quer dizer tratamento absolutamente idêntico, mas sim tratamento diferenciado com base nas diferentes situações fáticas encontradas. A legislação não pode fazer discriminações sem fundamento. O princípio da isonomia já é uma exigência da Constituição desde o seu preâmbulo. Contudo, um tratamento diferenciado que se justifique, que tenha por base as desigualdades individuais. Existe isonomia no Direito Tributário. O Fisco não deve tratar exatamente da mesma forma todos os sujeitos passivos. O Fisco deve tratar as pessoas de uma maneira diferenciada, tendo em vista algum critério. O critério utilizado pelo Fisco deve ser algo que leve em conta, como regra geral, a capacidade contributiva individual, situação plenamente justificada para os contribuintes de baixa renda. Não obstante a legalidade de tal instituição da CIP o Poder Executivo se compromete a aplicar os recursos advindos desta arrecadação, da seguinte forma, a saber: No primeiro ano de arrecadação, aplicará 30% (trinta por cento) do total em investimentos de modernização, ampliação e manutenção da rede pública de iluminação; no segundo ano de arrecadação, aplicará 20% (vinte por cento) do total em investimentos de modernização, ampliação e manutenção da rede pública de iluminação; a partir do terceiro ano de arrecadação, aplicará 10% (dez por cento) do total em investimentos de modernização, ampliação e manutenção da rede pública de iluminação, e tal compromisso se deve ante a inúmeros pedidos de providências com relação ao assunto em pauta e que passa justificar um maior investimento nos anos iniciais de arrecadação." Discussão do Vereador <u>Joracir</u>: Pessoal, vou me ater a esse projeto, porque desde o início eu estou discutindo o projeto aqui, não discutindo o passado, nada; estou discutindo o projeto que interessa à população nossa aqui de Dois Irmãos, que é a cobrança de taxa de iluminação pública em nosso município. Desde o início, eu reafirmei isso aqui. E vou dizer o seguinte: esse projeto aqui, amanhã eu vou ver juridicamente, estarei entrando no Ministério Público amanhã, para ver se, de fato, esse projeto poderia ser votado hoje. Porque nós tivemos, eu tive acesso a todo conteúdo deste projeto aqui às 3 horas da tarde, hoje. Eu vim aqui às 3 horas da tarde, aí me foi disponibilizado esse projeto. Então, como é que nós vamos votar um projeto aqui, que cobra iluminação pública, que tem

vários artigos aqui, nós votarmos esta noite aqui? Estão cerceando o nosso direito, de nós vereadores aqui, de analisarmos o projeto. Amanhã eu vou entrar no Ministério Público, para que esse projeto seja anulado; porque não dá. Eu entendo aqui, que os vereadores que são colocados aqui pela prefeita, para defender o imposto aqui, eu entendo; entendo que eles venham aqui em defesa da prefeita, porque eles estão no governo; agora, eu estou aqui para defender a população. Chega de imposto. Chega de imposto, já pagamos muitos impostos, e, agora, é mais um tarifaço, mais um pacotaço da Tânia e do Jerri nesse projeto. Então, é o seguinte: Amanhã vou ver o parecer aqui, e vou entrar no Ministério Público para anular essa sessão, esse projeto de hoje à noite. Presidente **Eliane**: O projeto original estava disponível para o vereador. Se você não queria olhar o projeto original, foi colocado às 13 horas a cópia, e o original foi disponibilizado hoje de manhã, quando o senhor estava aqui e nós estávamos com problema com a máquina copiadora. Então, se você quiser, nós temos filmagem aqui de sexta-feira, do pessoal trazendo o projeto, e você só vai, mais uma ação que vai entrar no Ministério Público, que o senhor vai perder. Discussão do Vereador <u>Sérgio</u>: Senhora presidente e pessoas que nos honram aqui. Realmente, Vereador Paulo, o senhor tem razão, alguns teriam que ter vergonha de estar usando esta tribuna. Porque, em primeiro lugar, o mandato que nós temos aqui, nos foi conferido pelo povo de Dois Irmãos e não pela prefeita. Então, nós não fomos colocados aqui pela prefeita, nós fomos colocados pelo povo de Dois Irmãos. E se o senhor, Vereador Filipin, parasse com a demagogia que o senhor fez há poucos dias atrás, pedindo que tivesse relógio ponto lá para a prefeita, que o senhor não cumpre; porque se o senhor estivesse aqui, como eu estive aqui hoje de manhã, às 8 horas, eu estava lendo o projeto. Eu estava lendo o projeto, mas o senhor não leu o projeto; o projeto estava a sua disposição. E o senhor disse que pegou ele às 15 horas, então, imagina se ele tivesse que bater ponto, senhores, teria que ser descontado porque ele não cumpriu com a função dele. Então, fazer propaganda, ideologia, demagogia é muito fácil, agora, quando é para vir aqui olhar o projeto, não olham. E vou lhes dizer mais: Desculpem, com todo o respeito, se desenhasse o projeto para ele, ele não iria entender. Presidente **Eliane**: Eu só queria deixar claro para toda a comunidade que o projeto entrou às 13 horas e 50 minutos, na sexta-feira. Hoje de manhã, nós tínhamos um problema na máquina copiadora quando o vereador chegou, mas o original estava ali para ele olhar, ler e interpretar. Hoje, é fácil, você tira cópia até com o celular, então, tinha formas dele estudar, ou mesmo, pedir para um funcionário no momento que tivesse tudo ok, às 13 horas, que ligassem para ele, ou mesmo ele voltasse à Câmara. Ele teve tempo para ir ao hospital com o deputado que, com certeza, vai conseguir para nós muito recurso; talvez, por causa disso que ele não veio nesse horário. Mas queria dizer à comunidade que o projeto entrou na sextafeira, e, que as câmeras que não estavam funcionando, elas estão funcionando justamente para combater esse tipo de dúvida que poderia ocorrer durante esse ano. Votado, o Projeto de Lei foi aprovado por 04 (quatro) votos favoráveis dos Vereadores Léo, Paulo Gehrke, Paulo Quadri e Sérgio e 03 (três) votos contrários dos Vereadores Joracir, Paulino e Paulo Fritzen. Presidente *Eliane*: Eu me coloco como um voto a favor, então, são 05 (cinco) votos favoráveis e 03 (três) votos contrários ao Projeto nº 76. A Senhora Presidente colocou em votação o Pedido de Informações nº 038/2017- de autoria do Vereador Léo Buttenbender – Solicitando o que segue: 1) Quem é o proprietário do imóvel onde funcionava a Escola de Educação Infantil Crescer do SESI, na Rua Novo Hamburgo, nº 1273? 2) Qual a utilização atual do referido imóvel? 3) Existe algum plano de utilização do imóvel para o futuro? Votado, o pedido de informações foi aprovado por unanimidade. A Senhora Presidente colocou em votação o Ofício nº 301/2017 – de autoria do Poder Executivo Municipal - Encaminhando solicitação de espaço das dependências da Câmara Municipal para evento



da Secretaria Municipal de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo, que se realizará no dia 04 de julho de 2017, das 12 horas e 30 minutos às 17 horas e 30 minutos. Votado, o ofício foi aprovado por unanimidade. Sendo esta a matéria da Ordem do Dia, a Senhora Presidente passou ao espaço das Explicações Pessoais: Vereador Joracir Filipin (PT): Bom, esta noite aqui provou mais uma vez que a democracia e os projetos, nós fomos eleitos para discutir os projetos para a cidade; agora, eu quero deixar claro aqui, se entrou às 13 horas da tarde na sexta-feira, esta Câmara fecha às 2 horas da tarde, e eu só recebi o projeto nas minhas mãos, hoje, com a cópia, às 15 horas. Agora, tem um detalhe, não é a questão do vereador entender o projeto, o vereador pode entender, como pode não entender, agora, o mais grave é que não deixaram a população discutir o projeto. E a Câmara de Vereadores é o debate do parlamento, é o debate aonde o povo tem que discutir os projetos da cidade. Enfiar goela a baixo aqui esse projeto, por que nós não discutimos com a população? Têm medo de discutir com o povo? E isso aqui, eu não vou entrar nos seus debates políticos, Vereador Sérgio, porque eu não tenho esse perfil de vir ficar discutindo aqui. Porque eu estava discutindo o projeto e, em nenhum momento eu falei da vida de ninguém aqui; e jamais vou falar. Agora, eu queria discutir esse projeto sim, até porque, se eu não entendi, se eu entendi, mas eu queria discutir com o povo; porque a prefeita não se deu o ar nem de dizer para a população que iria cobrar e fazer o tarifaço. Só hoje à tarde, porque foi procurada, talvez, pelo jornal para falar. Então, este parlamento, esta Casa aqui, vocês que estão aqui, é um direito sagrado de nós discutirmos os projetos. E discutir com a população em audiência pública, mostrar para a população o que nós estamos votando aqui. É só isso que eu queria fazer, é só isso que eu quero, aqui, presidente. Agora, mais uma vez, vocês enfiaram de novo esse projeto goela a baixo, que no ano passado foi reprovado. Porque o povo veio aqui, daí todo mundo votou contra. Se esta Casa estivesse cheia aqui, com a pressão do povo, deixasse três dias o projeto, eu duvido que vocês iriam votar a favor. Vocês não iriam votar, porque o povo não iria deixar, o povo não quer esse projeto aqui. E eu vou entrar sim, com uma ação no Ministério Público. E quanto à questão de bater cartão, talvez, se os secretários e a prefeita tivessem batido cartão, eles teriam mais tempo de fazer os projetos e trazer para nós aqui bem antes. É isso. Isso que eles podiam ter feito. Agora, trazer um projeto aqui para aumentar mais imposto, isso eles fizeram; agora, trazer uma proposta para reduzir a gastança do dinheiro público que tem no nosso município, que não sabem controlar, aí não trazem. E, quanto ao que foi falado aqui, se graças sair o Centro de Convivências da terceira idade, é porque este vereador trouxe o recurso; se sair o posto do Navegantes, é porque este vereador trouxe o recurso. Inclusive, talvez, aí esteja uma diferença. Agora, há poucos dias, anunciaram no ano passado uma emenda para trazer para fazer a ponte lá do Bairro Navegantes, eu bato palmas, porque é uma obra importante. Não fico criticando, é uma obra importante. Agora, a grande diferença sabe o que é que é? É que o deputado era do PP, logo, sai a obra; agora, como o recurso não era do lado deles, ficou dois anos parado o recurso lá, e pagando aluguel do posto lá do Bairro Navegantes, R\$ 1.800.000,00 (um milhão e oitocentos mil reais). Eles pagam aluguel, vários alugueis aí, e eu não entendo, porque esse dinheiro estava parado. É isso vereador. Eu não vou aqui fazer demagogia, que nem muitos fazem aqui. Vir falar do passado, eu, hoje, me dediquei especialmente a esse projeto aqui, que é um projeto interessante, que nós tínhamos que discutir com a população; não nós votarmos só nós aqui. Eu, de fato, presidente, se entrou aqui à 1 hora da tarde, da sexta-feira, à 1 hora da tarde [...] Presidente *Eliane*: É 1 hora e 50 minutos. É diferente. 13 horas mais 50 minutos. Vereador Joracir Filipin (PT): Então está bem, e esta Casa fecha às 2 horas da tarde. Então, tinha que ter feito um plantão aqui na frente da Câmara de Vereadores para esperar o projeto [...] Presidente **Eliane**: Não. É só pedir para um funcionário ligar

para você e iriam lhe entregar se pedisse. Vereador Joracir Filipin (PT): Esta Casa aqui [...] Presidente Eliane: Como sempre foi quando o senhor era presidente. Vereador Joracir Filipin (PT): Presidente, eu estou usando a palavra. Presidente *Eliane*: Mas eu só estou lhe explicando; quando o senhor era presidente entrava no mesmo horário. Vereador Joracir Filipin (PT): Quando eu era presidente esta Casa aqui funcionava até às 5 horas da tarde. Agora, funciona só até às 2. Lamento. Por isso, que nós estamos com os projetos aqui e nós não podemos ver, porque fecham a Câmara de Vereadores às 14 horas, e aí nós não temos como olhar os projetos. Seria isso presidente. Vereador Sérgio Luiz Fink (PMDB): Senhores. Eu tenho a certeza de que se o projeto tivesse vindo no governo anterior, dos dele, ele seria o primeiro que estaria aqui defendendo. Como ele fez. Ele esqueceu de dizer que nos governos anteriores, que eu sei que é difícil de falar, mas eu tenho que fazer um comparativo; muitas vezes, o prefeito me ligava às 10 horas da noite, pedindo urgência em um projeto. (Neste momento houve a manifestação do Vereador Joracir. Inaudível). Vereador Sérgio Luiz Fink (PMDB): Senhor vereador, o senhor não quer que eu lhe responda, então, me respeita. Eu deixei o senhor falar. O senhor fala em democracia, mas é a democracia quando lhe convém? Ou a democracia? Eu não lhe interrompi em nenhum momento quando o senhor estava falando, então eu quero que o senhor me respeite da mesma forma. Quantas e quantas vezes nós fizemos reuniões nesta Casa com a presença do prefeito prometendo coisas que não fez? Ele quis meter a mão no dinheiro do fundo dos funcionários públicos. Nós não permitimos; a direção dos funcionários públicos não permitiu. Porque ele precisava cobrir rombos. Aí, falar em gestão, senhores? O povo nas eleições passadas deu o resultado da gestão. Nós sabemos que nós temos muitas coisas a serem feitas, e eu já cansei de dizer, independente de partido, quando o prefeito terminar o mandato dele, ele vai dizer: "Eu fiz muito, mas gostaria de ter feito mais." Democracia, infelizmente não são todos, mas para alguns do PT, alguns, poucos, a democracia só é conveniente quando interessa a eles. Por exemplo, está a prova aqui na Assembleia Legislativa, que o governo entrou com um projeto para que fosse feito um plebiscito para ver se o povo do Rio Grande do Sul quer que venda algumas estatais, quem foi contra? O PT. Quando o povo é para decidir o que querem fazer com as estatais que só dão prejuízo para o Estado. Então, dizer que não teve acesso, não teve acesso porque não teve interesse. Porque estava aqui, com respeito ao deputado, visitando a frente das fábricas, estava no hospital. (Neste momento houve a manifestação do Vereador Joracir. Inaudível). Vereador Sérgio Luiz Fink (PMDB): Senhora presidente, eu me sinto no direito de poder falar, usar plenamente a minha palavra. Está aí a prova [...] Presidente *Eliane*: Sim. Por favor, Joracir. Vereador **Sérgio Luiz Fink (PMDB)**: Eu não interrompi ele nenhuma vez. Agora, quando eu falo as verdades, já quer me interromper, isso é democracia? Estava hoje, ao meio dia, perante a frente das fábricas aqui do lado, fazendo discurso. (Neste momento houve a manifestação do Vereador Joracir. Inaudível). Presidente *Eliane*: Vereador Filipin. Vereador Sérgio Luiz Fink (PMDB): Fazendo discurso. E aqui, o projeto parado aqui esperando a análise. Então, gente, é muito difícil. (Neste momento houve a manifestação de alguns vereadores. Inaudível). Presidente *Eliane*: Vereadores. Vereador **Sérgio Luiz Fink (PMDB)**: Imagina vocês e toda a comunidade de Dois Irmãos que pagam o salário dele e o meu. Vocês querem que eu venha aqui e olhe os projetos, que eu entenda os projetos. E dizer que não tem investimento nesse projeto, tem; 50% no primeiro ano vai ser em investimento. Segundo ano 30%. É sinal que nem leu o projeto. No quarto ano, 20%. Quer dizer, do quarto ano em diante é 10% permanentemente em investimento desse recurso. Então, tem que ler o projeto. Se das 3 até essa hora não teve condições de ler o projeto, pode ficar uma semana, pode ficar duas semanas, pode ficar três semanas, que não vai entender. Era isso, obrigado. Vereador Paulo César Quadri (PMDB): Bom gente, esquecemos de

falar duas coisas importantes. Para você ver que o município sempre está fazendo uma coisa boa para povo. Em poucos dias vamos começar duas academias, em torno de 50 (cinquenta) metros de área construída, Bairro União, e uma no Vale Verde. Isso é investimento para o povo. O povo vai precisar desse investimento. Então, uma coisa muito importante, isso é planejamento que nós temos. A secretaria do planejamento está ótima, da saúde está ótima, as secretarias, todas elas estão ótimas. Estão trabalhando pelo bem do povo. Então, essas duas academias aí trarão ao povo dias melhores no Bairro União e no Bairro Vale Verde. E convido a todos os doisirmonenses, bingo solidário da Associação dos Animais, dia 30, às 19 horas e 30 minutos, na Sociedade Santa Cecília de Dois Irmãos. Esperamos todos lá. Obrigado. Não havendo mais nenhum vereador querendo usar a palavra, passou-se às Considerações finais do Presidente: Essas academias que já foram feitas, a próxima a ser inaugurada é no Bairro São João, todas elas necessitam de iluminação pública; e, muitos pedem para que hajam essas academias da saúde. Queria também, informar os vereadores que quinta-feira agora, o Sr. Justen e demais pessoas vão representar a terceira idade de Dois Irmãos, através dos Jogos SESC, no Ginásio Arno Nienow, das 8 horas da manhã às 5 horas da tarde. Convido a vocês todos para participar da audiência pública muito importante, para nós falarmos sobre os nossos problemas ao longo da BR 116. Então, a comunidade que se fez presente hoje, venha trazer suas colocações quanto aos bairros de toda a nossa extensão da BR 116, às nossas empresas a insegurança que a BR nos traz. Eu trago o DNIT então, para uma audiência pública às 18 horas e 30 minutos, agora segunda-feira, dia 03 de julho, para nós alertarmos eles do perigo que é a BR 116 diariamente. Uma boa noite a todos, uma ótima semana. Abraço. A Senhora Presidente agradeceu a presença de todos encerrando a sessão ordinária sob a proteção de Deus, convidando a todos para participar da audiência pública com o Superintendente do DNIT no Estado do Rio Grande do Sul, que se realizará no dia 03 de julho de 2017, às 18 horas e 30 minutos, bem como convocou a próxima sessão ordinária, que se realizará também no dia 03 de julho de 2017, com início às 19 horas.

DOIS,IRMÃOS, 26 DE JUNHO DE 2017.

LÉO BUTTENBENDER

SECRETÁRIO

ELIANE BECKER PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL